



**CENRO UNIVERSITÁRIO UNA BETIM
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE PEDAGOGIA**

Carla Aparecida Miranda Pereira

Débora Helena Cardoso

Liandra de Souza Guimarães

Mariana Fernanda Meira Parreiras

REFLEXÕES SOBRE AS PRÁTICAS DE ALFABETIZAÇÃO

Betim

2021/1

Carla Aparecida Miranda Pereira

Débora Helena Cardoso

Liandra Ramalho de Souza

Mariana Fernanda Meira Parreiras

REFLEXÕES SOBRE AS PRÁTICAS DE ALFABETIZAÇÃO

Monografia apresentada à disciplina TCC
Orientação I como requisito parcial para
obtenção do título de Licenciatura em
Pedagogia pelo Centro Universitário UNA
Betim.

Professora Orientadora: Adriana Piva

Betim

2021/1

DEDICATÓRIA

Dedicamos esse trabalho a todas as profissionais da área, que buscam expandir sempre os seus conhecimentos. Há todos os professores envolvidos pelo tempo voltado na construção desse projeto. A nós mesmas pela parceria, compreensão, carinho e amizade.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradecemos a Deus e sua infinita bondade, que nos permitiu a concluir este trabalho de forma leve e agradável. Aos nossos familiares pelo apoio e compreensão. A todos professores que contribuíram para a nossa formação e aos nossos colegas de turma pela parceria e troca de conhecimento, pela desconstrução e construção de novos saberes.

RESUMO

O objetivo geral desta pesquisa é analisar os desafios e as estratégias de alfabetização na idade certa encontrados por professoras alfabetizadoras de Betim, particularmente neste período de pandemia, de acordo com o determinado pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) com propósito de alfabetizar todas as crianças até o segundo ano do Ensino Fundamental. A coleta de dados se deu por meio da aplicação de questionário com cinco professoras tanto da rede pública quanto da privada, atuantes do 2º ano dos anos iniciais, por meio de um formulário virtual o *Google Forms*, composto por nove perguntas, em que as cinco professoras detalharam como tem se dado o processo de alfabetização e como ele está durante a pandemia do Covid-19. As experiências compartilhadas pelas docentes demonstram como estão se planejando e organizando para aplicar as práticas de alfabetização e quais os desafios encontrados. Tudo isso pode contribuir para aprimorar estratégias de acordo com o contexto em que estamos enfrentando e reinventar a forma em que podemos utilizar metodologias pedagógicas como ferramenta facilitadora.

Palavras-chave: Alfabetização. Covid-19. Métodos de Alfabetização. Políticas públicas de Alfabetização. Alfabetização na idade certa.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	07
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	09
<i>2.1 Conceito de Alfabetização e seus Métodos.....</i>	<i>09</i>
<i>2.2 As Políticas de Alfabetização no Brasil.....</i>	<i>15</i>
<i>2.3 Práticas de Alfabetização.....</i>	<i>20</i>
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E ANÁLISE DE DADOS	23
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
REFERÊNCIAS.....	28
APÊNDICE.....	31

1 INTRODUÇÃO

De acordo com autores como Magda Becker Soares (2016), Ana Catarina Angeloni Hein (2016), Isabel Cristina Alves da Silva Frade (2007), o processo de alfabetização é composto por um conjunto de ações metodológicas aplicadas em contexto adequado de cada criança, com vistas ao domínio da língua escrita, explorando ao máximo as vivências de cada um, levando sempre em consideração o cognitivo e aspecto social. Segundo a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017), o processo de alfabetização deve ser concluído até o final do segundo ano do Ensino Fundamental, de modo que eles sejam capazes de ler e escrever com autonomia.

Considerando tal determinação, buscamos nesta pesquisa analisar os desafios e as estratégias de alfabetização encontrados por professoras alfabetizadoras de Betim, particularmente neste período de pandemia. Como objetivos específicos, destacamos os seguintes: verificar as bases conceituais e teóricas sobre as práticas pedagógicas para metodologias da alfabetização; analisar as principais políticas públicas de alfabetização; e, identificar estratégias de alfabetização na idade certa, utilizadas antes e durante a pandemia do novo Coronavírus.

De acordo com Magda Soares (1998), se faz necessário um estudo aprofundado sobre as metodologias, para que se perceba a dificuldade que as crianças encontram no ato de ler e escrever, pois essas práticas estão interligadas e as prejudicam no convívio social. Sabendo-se que é importante levar em consideração as experiências vivenciadas pelos alunos, como as cargas de conhecimentos adquiridas no eixo familiar e nos meios sociais nos quais estão inseridos. Durante o processo de alfabetização e letramento devemos compreender que os aspectos para a construção de um currículo devem ser associados à realidade das crianças, e que deve envolver práticas educativas de forma integradora para proporcionar a elas a oportunidade de aprenderem de forma criativa.

Ressaltando que a alfabetização é um processo significativo para o ser humano, pois, a leitura e a escrita trazem benefícios em quaisquer lugares sociais, parece-nos essencial compreender as melhores formas de tornar este processo bem-sucedido. De outro lado, verificar se a alfabetização acontece na idade certa para todas as crianças, ajuda-nos a entender se a equidade está acontecendo neste processo, e se todos estão tendo as mesmas condições de ensino-aprendizado, para que não haja desvantagens no mundo já com tanta desigualdade social. A

alfabetização na idade certa é um tema com tal relevância para a formação de futuros professores e pedagogos. Tal tema nos leva ao aprendizado de técnicas e estratégias que visam identificar as dificuldades dos alunos e a auxiliá-los pelo melhor caminho para alcançar o objetivo que se pretende chegar, garantindo a alfabetização dentro do período indicado oficialmente. A partir do desenvolvimento de currículos e planejamentos que estejam tanto dentro das perspectivas dos documentos oficiais, como afinados ao contexto social e cognitivo de cada criança.

Para isso, optamos por desenvolver uma pesquisa de caráter qualitativo descritivo, envolvendo estudo bibliográfico e pesquisa de campo. Para realizar o estudo bibliográfico baseamo-nos especialmente nas seguintes autoras: Magda Becker Soares (2016), Ana Catarina Angeloni Hein (2016), Isabel Cristina Alves da Silva Frade (2007), entre outros. Além disso, realizamos estudo documental de publicações do Ministério da Educação sobre o assunto, tal como os cadernos do Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa (BRASIL, 2007) e a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017). A apresentação dos principais resultados da revisão bibliográfica foi feita no próximo capítulo, organizado em função dos três objetivos específicos definidos para este trabalho.

Além da pesquisa bibliográfica, foi realizada também pesquisa de campo com aplicação de questionário a cinco professoras, sendo duas privadas e três públicas na região central de Betim-MG, atuantes no 2º ano do Ensino Fundamental - anos iniciais. A descrição detalhada da pesquisa de campo, bem como a análise dos seus resultados são apresentadas no capítulo três desta monografia. No capítulo quatro, apresentamos nossas considerações finais.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 *Conceito da Alfabetização e seus Métodos*

A alfabetização traz o conceito básico que é o desenvolvimento da escrita e a leitura da língua materna. A habilidade de ler e escrever é construída de forma gradativa, se inicia na vida escolar em que o aluno aprende a decifrar os códigos da escrita e leitura, começa a ter interpretação das coisas e consegue compreender melhor o mundo.

De acordo com Hein (2016) a alfabetização acontece por meio do conhecimento da técnica relacionado ao domínio alfabético, compreensão da organização da escrita, manipulação de materiais escritos, organização do espaço da folha, entre outros. A pessoa alfabetizada é capaz de reunir e compreender o funcionamento da técnica de escrita. O letramento refere a uma concepção mais extensa, em que o indivíduo sabe utilizar os conceitos da leitura e da escrita nas práticas sociais. O ser letrado é capaz de compreender a língua no dia a dia, e segundo Hein:

A alfabetização pode ser considerada o momento em que se aprende a ler e escrever. O letramento, por sua vez, junto com a alfabetização seria o momento em que se aprende a utilizar a leitura e a escrita para interpretar o mundo, para se tornar um sujeito pensante e atuante. (HEIN, 2016, p.4).

Hein (2016) ainda especifica que o indivíduo já tem contato com o letramento na primeira infância no ambiente familiar por interações em forma de conversa, contação de histórias e que mesmo não compreendendo o que está posto em sua frente, as crianças sabem que tem algum significado. Esses diálogos abrem caminho para promover as habilidades da escrita e leitura, tornando-se nítido que o papel da família é relevante no processo de alfabetização, pois, a criança não chega na escola como um papel em branco, porque ela já vivenciou várias coisas e situações, e todo este conjunto de informações colabora para o processo de alfabetização.

Inseridas no campo da educação escolar, a aprendizagem inicial da língua escrita sofre influência dos fatores que condicionam e podem até mesmo determinar, esses campos: fatores sociais, econômicos, políticos; é ilusório supor que métodos atuem independente da interferência desses fatores. (SOARES, 2016, p.50).

Para desenvolver habilidades da escrita e da leitura é importante que a criança seja motivada, procurando reduzir ansiedade e frustrações. Assim, cada criança corresponde a um tempo e forma de aprendizagem, por isso deve-se pensar em estratégias de ensino que podem auxiliar no desenvolvimento da compreensão da leitura e da escrita pelas crianças.

As práticas de alfabetização fundamentam-se em teorias e princípios que orientam a aprendizagem inicial da leitura e escrita, devendo cada sujeito ser tratado de forma individualizada, levando-se em consideração vários âmbitos de conhecimento, como os da Psicologia, Linguísticas e Pedagogia, de acordo com Soares (2016). Reconhecendo que será necessária a observação no campo cognitivo e linguístico de cada criança, para saber as possibilidades de uma alfabetização sem segregá-las, respeitando o seu tempo. O processo utilizado para alfabetizar tem que observar os campos cognitivos e linguísticos para se ter um aprendizado sobre o sistema da escrita e alfabético. Um dos pontos que podem auxiliar para a compreensão de não haver evolução no processo é analisar o contexto social do aluno que seria o ambiente familiar e as vivências socioculturais.

Soares (2016) relata que não existe um melhor método de alfabetização, pois, o ensino e aprendizagem têm suas facetas linguísticas e várias subfaces com diferentes conceitos e teorias que foram desenvolvidas de forma integrada e simultânea. Para se obter uma alfabetização exitosa, é preciso compreender os processos cognitivos e linguísticos daqueles que se deseja alfabetizar. Temos que saber que o processo de alfabetização acontece de forma individual com perspectiva social, no qual são observadas habilidades e dificuldades para que se possa realizar um trabalho com intervenções adequadas, a fim de estimular as potencialidades do estudante.

Tradicionalmente, segundo Frade (2007), são identificados dois grandes métodos de alfabetização: o sintético e o analítico. O método Sintético é um recurso antigo e rápido de alfabetização, consiste em uma relação entre o som e grafia, oral e escrita. Nessa perspectiva, a aprendizagem acontece através da aquisição de letra por letra, fonema por fonema e/ou sílaba por sílaba, e é dividido em três grupos:

Os métodos sintéticos seguem a marcha que vai das partes para o todo. Na história dos métodos sintéticos temos a eleição de princípios organizativos diferenciados que privilegiam a decoração de sinais gráficos e as correspondências fonográficas. Essa

tendência compreende o método alfabético que toma como unidade a letra; o método fônico que toma como unidade o fonema e o método silábico que toma como unidade um segmento fonológico mais facilmente pronunciável, que é a sílaba. De maneira geral parece que a escolha por apenas um caminho para sistematização das relações fonema grafema, a letra, o fonema ou a sílaba, é que diferencia o tratamento em torno das correspondências fonográficas. (FRADE, 2007, p.22).

Frade (2007) aborda que o primeiro conceito que faz parte do método sintético é chamado de método alfabético ou soletração, o intuito que a criança compreenda o nome das letras e saiba identificá-las fora da ordem do alfabeto e por último consiga ler as palavras, frases e textos através da soletração. A vantagem dessa primeira etapa é que a partir dela o indivíduo conheça as letras que são partes do processo de aprendizagem da escrita, sendo possível compreender os sinais gráficos e os sons. Mas o problema é que o fato de memorizar fora de contexto pode fazer com que a criança se afaste do significado das palavras.

O segundo do grupo é o fônico ou fonético que consiste em uma relação entre fonema e grafema. É ensinar das vogais para as consoantes, ou seja, dos sons mais simples para os mais difíceis, para depois ensinar a formar sílabas e palavras. Esse método funciona de forma com que o professor relacione uma palavra a uma imagem e a um som, por exemplo, e ajuda aos alunos a entenderem a relação entre a fala e a escrita.

O terceiro método sintético é o silábico, que se inicia na formação de sílabas através das vogais e consoantes, até chegar as mais complexas. Esse processo vai acontecer através da apresentação de cartilhas que demonstram as famílias silábicas relacionadas a desenhos ou palavras-chave, onde as sílabas do início são destacadas e assim os alunos começam a compreensão de pequenos textos.

O método Analítico é o contrário do sintético, ensinando do todo para as partes. Esse método vai analisar as palavras; fazer com que as crianças entendam qual o sentido dos textos; estimula a leitura deixando o aluno ter autonomia; dá relevância para a habilidade que cada aluno já tem e dá prioridade às capacidades de ouvir, falar e escrever.

De maneira geral, pode-se dizer também que o sentido privilegiado nos métodos analíticos é a visão e que os principais exercícios envolvidos neste método se voltam para o reconhecimento de palavras sem que se passe por uma leitura labial. Neles é muito incentivada a leitura silenciosa e a cópia e, embora se fizesse leitura oral dos

cartazes no desenvolvimento das lições, era destinado um tempo maior para cópias. (FRADE, 2007, p.29).

Frade (2007) nos fala que os métodos analíticos são divididos em três: a palavração, a sentencição e o global. A palavração é quando o aluno consegue reconhecer a palavra graficamente sem a necessidade de decompô-la em sílabas, letras e grafemas ou fonemas. Ela funciona em atividades de memorização como, por exemplo, mostrar as palavras junto com uma imagem para o aluno. A sentencição é a construção e entendimento da frase, é preciso que o indivíduo compreenda o significado de uma sentença para depois explorar as palavras e sílabas e abrange visualizar e memorizar palavras para reproduzir novas palavras. Esse método ajuda as crianças a se associarem com significado dos textos e aprendam a usar técnicas de leitura inteligente. Por último temos o global, em que aluno lê o texto que está sendo trabalhado em um determinado tempo e acaba memorizando e sabendo qual o seu contexto geral. Só depois disso identifica as palavras comparando as suas organizações silábicas. Esse método dá ênfase ao sentido que estimula desde cedo o contato dos indivíduos com textos.

No Brasil, especialistas debatem qual seria o melhor método para revolucionar, ou pelo menos, melhorar os processos de alfabetização no país. É perceptível que existem inúmeras formas de alfabetizar e cada docente se destaca em seu processo de ensino. No Brasil, se destaca o método fônico, que foi adotado na maioria dos países, e que faz associação entre as letras e sons; passando pelo método da linguagem total, que não utiliza cartilhas; e o alfabético, que trabalha com o soletramento, mas todos contribuindo, de uma forma ou de outra, para o processo de alfabetização.

De todo modo, Visvanathan (2019) aponta que há uma tendência atualmente, na qual a alfabetização passou a ser vista da perspectiva de como o aluno aprende e não como o professor ensina. Segundo Araújo (2009), o processo de alfabetização tem discussões em vários âmbitos, entre elas a Psicolinguística e a Sociolinguística, que trazem conceitos que auxiliam na compreensão dos processos de alfabetização, que a partir dos anos 1980, contribuíram para construção de propostas contrárias as dos métodos de alfabetização.

No âmbito da sociolinguística, Soares (1985) salienta que os métodos de alfabetização e o ensino e aprendizagem possuem suas facetas e várias sub facetas, com diferentes conceitos e

teorias a se desenvolver nesse processo de forma integral e simultânea. Assim, a questão não é quais os métodos melhores ou mais adequados, mas sim “(...) qual método será utilizado para alfabetizar, observando os campos cognitivos e linguísticos necessários para o aprendizado do sistema da escrita alfabética.” (SOARES.1985. p, 331).

É necessário construir um alicerce de compreensão e da produção de textos escritos, pois a alfabetização é um processo individual, como alerta Soares (1985). O processo de alfabetização é complexo por existir uma multiplicidade de perspectiva e pluralidade. A autora apresenta as facetas em três sob categoria, o primeiro é o conceito de alfabetização, sendo uma ação permanente que não se esgota; o segundo, está relacionado à natureza do processo de alfabetização, não é uma habilidade, mas um conjunto de habilidades, um fenômeno complexo; e o terceiro são os condicionantes do processo de alfabetização, por meio dos quais ler e escrever significa o domínio da mecânica da língua escrita da língua materna. Que todo o profissional da alfabetização tem que ter o domínio e preparação para compreender as facetas (Psicologia, Psicolinguística, Sociolinguística e Linguística) e seus condicionantes que são os meios sociais, políticos e culturas de quem se deseja alfabetizar.

No âmbito da psicolinguística, temos Ferreiro (1995), que traz reflexões sobre os métodos utilizados e sua ineficiência, devido ser um ensino sistemático que não leva em consideração a produção de cada criança, evidenciando a importância da produção espontânea. As pesquisas de Ferreiro (1995) oferecem algumas pistas em direção aos meios para o processo de alfabetização.

Há crianças que chegam à escola sabendo que a escrita serve para escrever coisas inteligentes, divertidas ou importantes. Essas são as que terminam de alfabetizar-se na escola, mas começaram a alfabetizar muito antes, através da possibilidade de entrar em contato, de interagir com a língua escrita. Há outras crianças que necessitam da escola para apropriar-se da escrita. (Ferreiro, 1999, p.23)

Que mesmo que os alfabetizadores estejam em busca por um melhor método, a autora afirma que alfabetização já se inicia antes mesmo que a criança entre na escola. Trazendo uma série de críticas à contínua busca por métodos, por acreditar que nenhuma prática pedagógica é neutra, e que não podemos nos tornar prisioneiros das nossas próprias convicções, pois temos que adaptar o nosso olhar na perspectiva da criança.

Oferecendo ao professor alfabetizador relevantes contribuições para a sua atuação, na classificação da psicogênese da escrita desenvolvida pelas autoras Ferreiro, Teberosky (1989),

a aquisição da escrita passa por níveis de hipóteses sendo: pré-silábico, silábico, silábico-alfabético e alfabético, para proporcionar uma maior compreensão do que significa esses níveis, a definição de cada um deles para o melhor entendimento.

O nível pré-silábico, é quando a criança percebe que o que se fala pode ser escrito, este nível é dividido por três fases. Fase pictórica: é quando a criança começa a perceber que seu traço pode representar ou significa alguma coisa. Fase gráfica primitiva: que é quando a criança vai criando a sua própria escrita misturando letras, símbolos entre outros. E por último a fase pré-silábica: onde a criança começa a perceber as diferenças entre letras, números e desenhos, misturando as letras que já conhece, pois ainda não se tem o domínio da escrita.

Já o nível dois que é o Silábico é quando a criança conta as sílabas de acordo com a correspondência sonora, para cada sílaba ela escreve no papel uma letra correspondente. O nível três Silábico-Alfabético; representa a aquisição da negação de suas hipóteses para o sistema linguístico, onde o valor sonoro ganha importância na escrita e a criança começa adicionar outras letras.

No nível quatro alfabético, revela duas características da escrita infantil: onde a criança já se apropriou do conhecimento da relação grafofonêmica; e que ela já reconhece outros sons menores do que a sílaba, compreendendo que a criança já está apta a ler e já reconhece a grafema.

A valorização da escrita espontânea facilita o alfabetizador identificar em que nível o educando está e qual nível se deseja alcançar, devendo-se levar em consideração que cada criança tem seu tempo e que é possível que os alunos de um mesmo grupo não atinjam ao mesmo tempo os níveis de escrita e leitura. Daí a importância da Psicogênese da escrita nas práticas pedagógicas dos professores alfabetizadores.

Esses pensadores apontam que devemos reconhecer que as crianças são produtoras de conhecimento e que não chegam à escola como folhas em branco. Isto deve ser reconhecido para melhor desenvolvimento das habilidades da leitura e escrita, as quais não são inatas, tornando-se dependentes dos processos de ensino aprendizagem desenvolvidos. Vejamos no próximo tópico as principais políticas brasileiras de alfabetização das últimas décadas.

2.2 As políticas de alfabetização no Brasil

Explorando alguns documentos oficiais, podemos observar as políticas públicas de alfabetização. Os documentos salientam as orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade com a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos (BRASIL, 2004, 2006, 2009), do Pacto Nacional da Alfabetização na Idade Certa (BRASIL, 2012), das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (BRASIL, 2013) e a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017). Estes são documentos que expressam claramente as políticas públicas para o ensino da leitura e da escrita no Brasil. Para que se possa trazer a alfabetização para o eixo principal, o Ministério da Educação (MEC) produz políticas especiais para a fase inicial da escolarização com a expectativa de que as crianças dominem a leitura e escrita além da compreensão e da capacidade de produção de textos de forma competente para que se possa alcançar uma participação social efetiva e o exercício da cidadania (PERES, 2016).

A década de 1980 foi um momento decisivo para a história da alfabetização no Brasil, pois a educação, por meio da Constituição Federal de 1988, sobreveio como dever do Estado e direito constitucional do cidadão. Possuindo a necessidade de se criar políticas públicas para o ensino e a aprendizagem iniciais da leitura e escrita. No entanto, Bordignon e Paim (2015) alertam: “(...)uma vez que a política educacional vigente anuncia o acesso à alfabetização pela escolarização, no entanto, a mesma torna-se inviabilizada pelas condições objetivas e subjetivas realizadas na escola”. Por acreditar que os desafios socioeconômicos e culturais no Brasil implicam diretamente em desafios do contexto escolar voltada para o acesso de todos.

Destacando que a elaboração e a implantação de políticas públicas visam, em grande medida, à repartição de custos e benefícios sociais.

[...] são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. (TEIXEIRA 2002, p. 2).

Segundo Pertuzatti e Dickmann (2019), a educação brasileira vem sendo abordada com mais ênfase desde a publicação da Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9.394), de 1996. Desde então, vêm sendo construídas políticas públicas educacionais, com propostas curriculares e programas para serem incorporados ao ambiente escolar, com a intenção de qualificar e universalizar a educação básica brasileira. De acordo com as autoras, a LDB atribui a condicionar o letramento à capacidade de escrita e leitura. Determina ainda que entre as dimensões da formação básica do cidadão, apontada como objetivo do Ensino fundamental, está “o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo” (Art. 32).

Em 2012, foi instituído o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). Segundo Souza (2014), trata-se de uma vinculação de eixos com o comprometimento das políticas no período da alfabetização (1º ano ao 3º ano do ensino fundamental, de acordo com o documento), representando uma mobilização nacional para acabar com analfabetismo no Brasil. Buscando orientar e reforçando o apoio pedagógico com foco na alfabetização, medida através de avaliações periódicas para acompanhar o desenvolvimento e progressão da aprendizagem dos alunos.

O intuito é de alfabetizar todas as crianças do ensino público até os 8 anos de idade propondo, entre seus eixos de atuação, a formação continuada de todos os professores da rede pública cadastrados no senso de 2012 como professor alfabetizador. (SOUZA, 2014, p. 11).

Em 2014, o Ministério da Educação institui o Plano Nacional de Educação (PNE) atualmente em vigor. O Plano é composto por metas com foco central na diminuição de lacunas e melhorias na educação, buscando trazer equidade e qualidade de ensino. Suas metas na área da alfabetização começam com a educação infantil, destacando a obrigatoriedade de crianças de 04 e 05 anos estejam matriculadas na pré-escolar para que haja uma inteiração melhor quando iniciarem o ensino fundamental a fim de uma alfabetização facilitada. Os autores abordam que a meta 1 contém 17 estratégias que dão destaque para:

As 17 estratégias focalizam: políticas de colaboração entre os entes federados, expansão na oferta, levantamento de demandas (para a faixa da creche), redução das desigualdades de acesso, estruturação física das instituições, avaliação da qualidade, formação dos profissionais, políticas de inclusão, valorização da diversidade, entre outras. (CÔCO e SALGADO, 2018, p.8).

É destacada também a meta 5 que reforça a necessidade de alfabetização no máximo até o 3º ano do ensino fundamental, compreendendo que cada criança tem um ritmo de aprendizagem (BRASIL, 2014). Segundo Frade (2018), essa meta deve ser pensada de forma mais ampla abrangendo o sistema da escrita com o uso social dos textos e através desse conceito a expectativa são melhores resultados da alfabetização no Brasil, pois uma grande porcentagem de crianças chega ao terceiro ano analfabetos.

Os dados estatísticos são preocupantes, uma vez que no censo de 2010, constatou-se que 15,2% das crianças brasileiras com 08 anos de idade que estavam cursando o ensino fundamental eram analfabetas, considerando que o índice de não alfabetizados era de 12,8% para pessoas de 10 anos ou mais. De qual fenômeno estamos tratando? Acompanhando os censos, desde sua instituição no Brasil até os dias atuais (1872 a 2000), é possível observar que levamos mais de cem anos para mudar o índice de analfabetismo de 82,3 para a população em geral e de aproximadamente 78% para crianças de até 10 anos, para o seu reverso, 87,2% de alfabetismo. (FRADE, 2018, p.23).

A meta 7, segundo Freitas (2018), tem como objetivo o aumento na qualidade da educação básica em todas as fases com a melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, para assim atingir as médias nacionais para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- IDEB e no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes - PISA. Para alcançar essa meta, são propostas 36 estratégias e na estratégia 7.1 é previsto que:

A estratégia 7.1, que prevê a Base Nacional Comum Curricular, iniciada no governo Dilma, está sendo implementada pelo atual governo com o intuito de padronizar a educação básica e passa a ser um dos centros da política educacional da qual derivarão uma série de ações articuladas (controle da formação de professores, do material didático e da avaliação) tendentes a assegurar seu cumprimento pelas escolas. (FREITAS, 2018, p. 29).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em processo de construção pelo menos desde 2014, foi homologada em 2017 e busca nortear o Plano Nacional de Educação. A BNCC e a alfabetização na Idade Certa, são uma constatação aos termos alfabetização e letramento sobre formas de organização dos componentes curriculares em eixos temáticos. O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) afirmava que a alfabetização deveria acontecer até o 3º ano do ensino fundamental, logo após, com a vinda da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), é antecipado esse prazo. Ela mostra que a criança desde que nasce até a educação infantil tem contato com as práticas de letramento e que a alfabetização vai se realizar no ambiente escolar e deve acontecer nos anos iniciais que são o 1º e o 2º ano, que corresponde a crianças de 6 e 7 anos, e que no 3º ano deve-se continuar o processo de ortografia. A Base Nacional Comum Curricular deixa bem claro que nesses primeiros dois anos, o foco maior deve ser dado para práticas de alfabetização garantindo que todas as crianças desenvolvam a escrita e a leitura para seguirem as próximas etapas da educação, por isso, os docentes devem planejar estratégias para o ensino-aprendizagem de seus alunos para que eles possam conhecer e aprender as práticas de leitura e escrita:

Nesse processo, é preciso que os estudantes conheçam o alfabeto e a mecânica escrita/leitura – processos que visam a que alguém (se) torne alfabetizado, ou seja, consiga “codificar e decodificar” os sons da língua (fonemas) em material gráfico (grafemas ou letras), o que envolve o desenvolvimento de uma consciência fonológica (dos fonemas do português do Brasil e de sua organização em segmentos sonoros maiores como sílabas e palavras) e o conhecimento do alfabeto do português do Brasil em seus vários formatos (letras imprensa e cursiva, maiúsculas e minúsculas), além do estabelecimento de relações grafofônicas entre esses dois sistemas de materialização da língua. (BRASIL, 2017, p.90).

A proposta de alfabetizar crianças até o segundo ano do ensino fundamental é justificada como tentativa de trazer mais equidade e igualdade para todas as crianças do país, garantindo que os mais pobres e os estudantes das escolas públicas tenham as mesmas condições de aprendizagem, pois uma boa alfabetização é a base para um êxito na vida educacional e, com condições igualitárias, as “competições” na vida adulta serão disputadas por todos de forma equivalente. O documento então indica habilidades para serem aprimoradas, nesses dois anos, dentro de sala de aula para que o aluno aprenda as estratégias dos códigos da leitura e da escrita e compreenda a complexidade das relações entre os sons da fala e das letras escritas. Também dá possibilidade aos docentes organizarem e planejarem quais as melhores estratégias de ensino e avaliação.

Espera-se que as crianças, até no final do 1º ano, dominem o sistema de escrita alfabético e que aprendam a ler e escrever textos mais simples, com a ajuda do professor e dos demais colegas, como por exemplo, receitas, bilhetes, cartas, entre outros. Já para o 2º ano, essas habilidades devem ser aprimoradas, onde os alunos comecem a aprender a ter autonomia na escrita de textos e que a leitura e a compreensão textual sejam um pouco mais ampliadas. Também se tem a expectativa de que as crianças saibam usar a grafia corretamente na escrita que já conhecem e que consigam escrever textos que correspondam aos temas propostos, os gêneros textuais e consigam seguir a sequência dos fatos. O documento também aborda que compreender a organização da escrita de nosso país não é uma atividade fácil, pois, trata-se de ensinar a codificar e decodificar, e o Brasil é um lugar de linguagens variadas de acordo com a região e quem ameniza essas modificações na escrita é o alfabeto.

A BNCC (BRASIL, 2017) aborda que para que a criança construa a técnica da escrita é preciso que ela saiba distinguir os desenhos das letras. A escrita da criança inicia antes dela ir para a escola, pois, desde cedo ela faz rabiscos e desenhos, por isso é essencial no processo de alfabetização ensiná-las a diferenciá-los; aprimorar o método global de palavras; estruturar a assimilação de que as letras estão mostrando certos sons da fala em contextos precisos; identificar a sílaba em sua variedade e aprender a relação entre fonemas e grafemas, em uma língua específica. O documento também afirma que a alfabetização deve desenvolver habilidades nas crianças como, por exemplo, saber o alfabeto inteiro; fazer letras maiúsculas e minúsculas; compreender a relação entre grafema, fonema e entre outros.

Por fim, destacamos a Política Nacional de Alfabetização (PNA), criada em 2019, que, por meios de programas, ações e avaliações, contribui para que cada instituição possa avaliar o ensino e aprendizagem de ensino juntamente com o Estado, os Município e Distrito Federal, (BRASIL, 2019). O PNA é uma forma do MEC traçar planos estratégicos e analíticos para qualquer correção sobre as políticas públicas de alfabetização no país.

Há certas dificuldades para estabelecer políticas públicas no Brasil, pois é um assunto polêmico e pouco consenso, devido a temática trazer vários pesquisadores, especialistas e professores que defendem diferentes métodos, regras e tempos de aprendizagem expõem seus argumentos, suas pesquisas e evidências científicas.

Atualmente temos a Base Comum Curricular como política regulamentada em nosso país onde as crianças têm que ser alfabetizadas ao máximo no segundo ano do ensino fundamental, entrando em conflito com o Plano Nacional de Alfabetização assinado no atual governo que dá ênfase no método fônico. Podemos observar que não é uma questão semântica, mas política. Sendo que o atual PNA (2019) traz vários desacordos com a Base Comum Curricular. Segundo Mortatti (2019), “a PNA pode representar apenas reedição ou mais um capítulo da querela dos métodos.”. Ou seja, uma guerra de métodos entre pesquisadores em meio a cruzilhadas políticas.

2.3 Práticas de alfabetização

Desde que as aulas foram suspensas a alfabetização se tornou alvo de muita especulação tanto de estudiosos quanto dos gestores. Muitos profissionais se envolveram para traçar metas para facilitar a alfabetização a distância das crianças de seis anos. Devido ao isolamento, muitas instituições procuram recursos tecnológicos para tentar amenizar os possíveis impactos.

Visto que a alfabetização já era um grande desafio no Brasil, em 2016 a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), já abordava que menos da metade das crianças alcançaram os níveis de proficiência suficientes em leitura (LOBO, 2020). O dia 8 de setembro, que é o Dia Mundial da Alfabetização, em especial no ano de 2020, fez-nos repensar sobre o acesso a um ensino de qualidade e igualdade de direitos aos alunos da rede pública principalmente no contexto de pandemia do Novo Coronavírus, que fez aumentar os desafios da alfabetização.

Lobo (2020) ressalta que a pandemia veio acrescentar novos desafios com o afastamento das crianças das escolas nessa fase fundamental do processo de alfabetização. Sendo que é imprescindível a interação entre professor/aluno para que haja uma compreensão orientada sobre esse procedimento.

Segundo Parteka e Willms (2020), nos tempos atuais alfabetizar e letrar uma criança tem se tornado um grande desafio devido o surgimento de uma pandemia, que chegou ao Brasil por volta do mês de março do ano de 2020. A Covid-19 é uma doença gerada pelo novo coronavírus, denominado SARS-CoV-2 e para que ela não se alastre o indicado é o isolamento social, e por

esse motivo as instituições escolares precisaram interromper suas atividades presenciais nos vários estados do nosso país.

De acordo com Luiz (2020), os processos de educação e principalmente de alfabetização sempre ocorreram de forma presencial com o contato direto entre aluno e professor. Com a chegada da doença em nosso país toda a comunidade escolar precisou se reinventar e se adaptar a uma nova realidade muito rápido, colocando em prática o Ensino Remoto Emergencial (ERE) para dar continuidade aos processos de ensino aprendizagem de seus alunos. A nova realidade é desenvolvida através de atividades mediadas entre professores, alunos, a tecnologia, materiais didáticos e a família. “Tudo que antes acontecia presencialmente passou a ser mediado pelas plataformas digitais, pela necessidade de distanciamento social como maneira de mitigar a contaminação ocasionada pelo vírus.” (PARTEKA e WILLMS 2020, p.78).

Segundo os autores Parteka e Willms (2020) com a implementação do ensino remoto é de extrema necessidade que a alfabetização e o letramento continuem acontecendo, mesmo que todos estejam em isolamento. Isto é necessário para que se forme um aluno crítico e pensante, onde ele tenha consciência de seus direitos e saiba que em episódios de crise quem deve garantir o funcionamento da sociedade é o Estado.

É grande a necessidade que o ensino e os processos de alfabetização e letramento continuem, mesmo que de forma remota. Mas segundo Luiz (2020), infelizmente muitos alunos e até mesmo professores de escolas públicas não têm acesso a uma internet de qualidade ou não têm condições de contratar nem um plano do mais básico de internet, e isso se sem tratar do problema da falta de aparelhos eletrônicos, o que acaba dificultando a continuidade de aprendizagem de muitos estudantes. Neste sentido, Luiz (2020) afirma:

(...) surge um conjunto de fatores que podem afetar o processo de alfabetização no período da pandemia: internet de boa qualidade, dificuldade de acompanhamento pelas famílias, falta de recursos como computador, notebooks, tablets (dos professores e dos estudantes), e pouca ou nenhuma destreza no uso das ferramentas digitais etc. (LUIZ, 2020, p.22).

Mas por outro lado, para aqueles que têm condições de acesso à internet e à aparelhos eletrônicos, as Tecnologias de Informação e Comunicação - TICs, podem trazer um grande suporte de recursos didáticos para os docentes e discentes, onde são trabalhadas as aulas virtuais que acontecem ao vivo e em tempo real.

Evidencia-se, portanto, a importância da atuação do professor e respectivas competências em relação à mobilização e ao emprego das mídias, subsidiado por teorias educacionais que lhe permitam identificar em que atividades essas mídias têm maior potencial e são mais adequadas. Para que o professor possa desenvolver tais competências, é preciso que ele esteja engajado em programas de formação, participando de comunidades de aprendizagem e produção de conhecimento. (NEVES, 2005, p. 43)

Mas para que possam usar adequadamente os processos tecnológicos como recurso didático, os professores precisam ser letrados digitalmente. Os autores Smichtt e Marcom (2020) abordam justamente o conceito do controle de competências e técnicas para interagir, processar, acessar e desenvolver diversas habilidades na leitura das numerosas mídias existentes. Através desse processo, os professores podem ser capazes de identificar, criar possibilidades de aprendizagem e avaliar criticamente os conteúdos e informações encontradas em endereços eletrônicos e são aptos à interação e comunicação com seus alunos, por meio digitais. É importante destacar que o letramento digital não se limita em apenas ter intimidade e interação com a tecnologia, ele se amplia à adaptação da nova realidade escolar.

Destacamos que o letramento digital é bem mais do que apenas saber interagir com um computador, uma inovação ou uma tecnologia, e trazê-la para dentro da sala de aula. O letramento digital requer que o profissional esteja aberto para as interconexões e as inteligências coletivas e colaborativas, de forma que a educação se ajuste ao ritmo da modernidade. É importante explicitar que devem existir espaços (e são urgentes) para que os (as) educadores (as) possam vivenciar experiências de letramento digital para além da familiarização com as novas tecnologias, partindo da alfabetização ao letramento digital. (SMICHTT e MARCOM, 2020, p.3).

Da mesma forma, parece ser necessário que os estudantes sejam gradualmente letrados também no mundo digital, para dar continuidade nos estudos virtuais, para que eles tenham familiaridade e conhecimento com a ambiência tecnológica tão exigida pela nossa sociedade, principalmente pelo mundo do mercado de trabalho.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E ANÁLISE DE DADOS

Como abordado na introdução, este trabalho é fruto de uma pesquisa qualitativa de cunho descritivo, baseada em revisão bibliográfica e em pesquisa de campo. O trabalho de campo foi realizado por meio da aplicação de um questionário digital (disponível no Apêndice deste trabalho), produzido de Formulário Google, que buscou levantar dados sobre a atuação de professoras alfabetizadoras da região Municipal de Betim, a quais relataram fatos fundamentais no processo de alfabetização principalmente sobre o atual cenário atípico que estamos passando.

O formulário foi composto por nove questões que consideramos importantes para se ter uma noção das dificuldades e necessidades para se obter uma alfabetização na idade certa. O questionário foi respondido de forma aberta para se aproveitar ao máximo as experiências das profissionais e de forma sigilosa. Sendo aplicado com duas professoras da rede privada e três da rede pública, e chamaremos as professoras da rede privada de RP1 e as da rede pública de RP2.

A primeira questão que nós levantamos é de como estão acontecendo as aulas durante a pandemia, e como está sendo o processo de alfabetização, as RP1 descreveram que estão trabalhando de forma remota, que as aulas são gravadas pela manhã e postada a tarde, e que há encontros para tirar dúvidas através de plataforma digitais como Teams. Afirmaram que o processo de alfabetização também vem sendo feito de forma remota, uma vez que as escolas não têm autorização dos órgãos governamentais para o retorno presencial. Já as RP2 estão postando nos blogs das escolas atividades, vídeos e outros, para dar continuidade ao desenvolvimento pedagógico dos alunos e manter uma aproximação com as famílias, uma vez que não é dado retorno por parte dos professores para os alunos e responsáveis.

O período de ensino de suspensão das aulas presenciais nessa pandemia trouxe grandes desafios para a educação. Porquanto, perguntamos quais seriam os principais desafios e dificuldades para alcançar a alfabetização e letramento dos estudantes neste período de pandemia. As respostas foram unânimes pois, todas as profissionais entrevistadas fazem a mesma afirmativa:

a dificuldade em saber que níveis reais que os alunos se encontram. As RP1, mesmo com o apoio tecnológico, dizem que os indivíduos necessitam de uma atenção ainda maior de seus responsáveis; enquanto nas redes públicas, as RP2 alegam que as atividades propostas em blogs (atividades, vídeos e outros), mesmo que realizadas, não estão sendo feitas com motivação, porque muitas das vezes as profissionais não conseguem realizar as devolutivas com as correções.

Quando abordado sobre a estratégias didáticas que as professoras estão utilizando para alfabetizar as crianças no ensino remoto, todas relatam que têm sido de forma lúdica e contam com materiais didáticos e jogos interativos para estimular o aprendizado, e são realizadas atividades simples como: Sequências didáticas, histórias, vídeos, músicas, livros didáticos e virtuais, ou seja, atividades cotidianas. Os meios utilizados pelas docentes têm uma visão de poder alcançar ao máximo e levar o conhecimento aos indivíduos, mas não há como medir se os meios utilizados estão sendo suficientes para preencher as lacunas dos processos de alfabetização, uma vez que sabemos da necessidade de interação entre professor/aluno. As RP1 ressaltam que estão preparando atividades de acordo com orientações da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) e baseadas na BNCC.

Sobre a frequência dos alunos, as docentes das escolas públicas declaram que é algo a desejar, pois as escolas públicas da rede de Betim não estão tendo aulas remotas, ficando impossível apurar a frequência. Já as professoras da rede particular alegam que todos os alunos são frequentes nas plataformas digitais. Mas que isso não significa que os alunos estejam atingindo com êxito o processo de alfabetização.

Quando questionadas se todos os alunos estão tendo a mesma oportunidade de participar e serem alfabetizados nas ações propostas de sua escola, todas alegam que as atividades são para todos visando facilitar o acesso às propostas escolares. Todas as profissionais duvidam do aproveitamento dos discentes no processo de alfabetização, pois que normalmente nas casas não há uma orientação e nem quem faça o intermédio das atividades propostas. As professoras das escolas privadas percebem que existe uma dificuldade na concentração nas aulas remotas, e que não há um contato direto que permita realizar o processo de alfabetização tornando-o, assim, falho e ineficaz.

Na pergunta sobre o envolvimento familiar no desenvolvimento escolar dos alunos, as profissionais relatam que há uma proximidade das famílias no processo de alfabetização, mas que, durante a pandemia, a responsabilidade delas aumentou. Devido à rotina corrida, o envolvimento acaba não acontecendo como o esperado. No entanto, todos que pertencem a comunidade escolar sofreram como as transformações causadas pela pandemia, o que fez que cada envolvido reforçasse o seu papel afim de diminuir os danos.

Em questionamento acerca das dificuldades enfrentadas e de quais os possíveis impactos da suspensão das aulas presenciais, as docentes mencionam que enfrentam objeções em assumir o papel principal no processo de alfabetização, e que as possíveis consequências causadas pós pandemia serão uma aprendizagem superficial e o aspecto socioemocional, a queima de etapas na aprendizagem e o aumento do abismo já existente entre as escolas públicas e privadas, escancarando as desigualdades. A nossa pesquisa ressaltou que a pandemia abriu lacunas ainda maiores no sistema educacional, e que será imprescindível os dados causados por ela.

O problema é dramático na alfabetização. Uma das 20 metas previstas no Plano Nacional de Educação é erradicar o analfabetismo até 2024. Mas, o impacto do novo coronavírus, somado às dificuldades históricas no ensino, torna ainda mais distante a realização desse objetivo. Bastou um semestre para a pandemia exacerbar diferenças de décadas nas escolas do Brasil. (RIOS, 2020, p.1).

Ressaltamos que não está havendo uma adaptação ao ensino remoto por parte toda comunidade escolar das escolas públicas, onde as atividades estão sendo passadas e não está havendo o retorno dos resultados aos estudantes. Além disso, não são todos os responsáveis que auxiliam no processo e os docentes acabam se perdendo ao longo do tempo não sabendo os níveis de aprendizagem e dificuldades dos seus alunos.

Segundo Badiou (2020), a complexidade da pandemia ressaltou pontos de articulações em determinados aspectos naturais e sociais visto que é preciso compreender que a desigualdade social ficou ainda mais explícita. Mesmo tendo ensino remoto, as redes privadas são motivadas a se manterem em atividade em função do incentivo econômico e porque seus alunos têm acesso a computador e internet, o que não é generalizado entre estudantes da rede pública, que nem

sequer recebem as devolutivas das atividades propostas, devido às más de condições materiais para fazer essa interação. Essa pandemia veio para ilustrar os níveis de desigualdades em nosso país, gerando impactos graves e duradouros. Os alunos estão sendo prejudicados, também, com a falta convívio uns com os outros, podendo acarretar problemas relacionados ao desenvolvimento emocional. Podemos destacar também que para haver a transição para o universo digital, é necessário que os profissionais se adaptem aos novos recursos. Foi perceptível nas respostas ao nosso questionário uma certa frustração por parte das professoras, por não conseguirem de alguma forma propor um trabalho eficaz sobre o processo de alfabetização.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo do pressuposto que para alfabetizar uma criança na idade certa todo docente precisa dominar diversas estratégias, conforme recomendado pelas leis e autores que tratam da temática, pudemos concluir, de acordo com nossa pesquisa, que por mais que existem diversos métodos, não há somente um que possa ser classificado como certo. O ideal mesmo parece ser conhecer a turma em geral, depois o aluno, saber quais são suas facilidades e dificuldades, qual é a sua realidade, para depois aplicar as melhores estratégias para aquele público. Também pudemos perceber como são estabelecidos os direitos das crianças na permanência dos seus estudos, sendo estipulado que todas sejam alfabetizadas até o segundo ano do ensino fundamental de acordo com o Base Nacional Comum Curricular.

Compreendemos que o processo de alfabetização atualmente não tem sido fácil, pois estamos enfrentando uma pandemia e por causa dela, as aulas presenciais ficaram interrompidas. Pressupomos o quanto a pandemia nos atrasará em relação ao processo de alfabetização, principalmente na rede pública, que está sendo a principal afetada neste quesito. A educação obteve uma grande decaída quanto aos processos envolvidos, muito por falta de recursos tecnológicos de interação professor/aluno e das devolutivas que não acontecem. A falta de acompanhamento por parte dos responsáveis, seja por não terem condições escolares adequadas e/ou por suas rotinas de trabalho, degrada ainda mais o processo de alfabetização.

Contudo, ainda acreditamos que é de extrema importância, nos apressarmos quanto a preocupação e estratégias necessárias para que nossos alunos sejam inseridos no sistema educacional de forma justa e igualitária, para que não estejam tão distantes dos conteúdos das escolas privadas. Visto que a alfabetização é de suma importância para a sociedade é necessário despertar a construção de pensamentos lógicos e críticos para que se questione os processos e a aplicação das leis de alfabetização em nosso país para que, de fato, garantam o desenvolvimento da leitura, da escrita e da comunicação, levando em consideração o letramento de forma equânime.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Mairce da Silva. **Alfabetização 1. V. 2.** Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ e Ministério da Educação, 2009.

BADIOU, Alain. **Corona Vírus e a Luta de Classes.** Editora Terra sem Amos. Brasil, 2020. Disponível em <https://terrasemamos.files.wordpress.com/2020/03/coronavc3adru-e-a-luta-de-classes-tsa.pdf> acesso 27/06/2021

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC).** Brasília: Ministério da Educação, 2017. Disponível em http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb03_99.pdf acesso 24/04/2020

BRASIL. **Plano Nacional de Educação. Lei 13.005 de 2014.** Disponível em <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014> acesso 28/04/2020

BRASIL, **Pacto Nacional da Educação. Ministério Da Educação. 2004,** disponível em http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/legislacao/portaria_mec_826_alterada.pdf Acesso 05/05/2020

BRASIL, **Pacto Nacional da Educação. Ministério Da Educação. 2006.** Disponível em http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/legislacao/portaria_mec_826_alterada.pdf Acesso 05/05/2020

BRASIL, **Pacto Nacional da Educação. Ministério Da Educação. 2009.** Disponível em http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/legislacao/portaria_mec_826_alterada.pdf Acesso 05/05/2020

BRASIL. **Programa Nacional Alfabetização na Idade Certa (PNAIC).** Brasília: Ministério da Educação, 2012. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11268-gt-capitais-pnaic-apresentacao-21062012-pdf&Itemid=30192 Acesso 29/04/2020

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNED).** Brasília: Ministério da Educação, 2013. Disponível em 30/04/2020 <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file> Acesso 30/04/2020.

BORDIGNON, Lorita Helena Campanholo; PAIM, Marilane Maria Wolff. **História e políticas públicas de alfabetização e letramento no brasil: breves apontamentos com enfoque para o plano nacional de educação. v. 24 n. 1, p. 89-117, jan./jun. 2015.** Disponível em <file:///C:/Users/CRA/Downloads/5038-Texto%20do%20artigo-17091-1-10-20160830.pdf> acesso 28/05/2021

CÔCO, Valdete; SALGADO, Raquel Gonçalves. **Reafirmando o direito à educação infantil. Caderno de debate para avaliação das metas do plano nacional de educação (PNE 2014-2024).** Meta 1/ ANPAE. Brasília, 2018.

FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre alfabetização**. São Paulo: Cortez, 1995.

FERREIRO, Emília. **Com Todas as Letras**. São Paulo: Cortez, 1999. 102p v.2

FERREIRO, Emília; Teberosk, Ana. **A Psicogênese da Língua Escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas 1985. 284p.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. **Alfabetização. Caderno de debate para avaliação das metas do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024)**. Meta 5/ ANPAE. Brasília, 2018.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. **Métodos de alfabetização, métodos de ensino e conteúdo da alfabetização: perspectivas históricas e desafios atuais Educação**. Revista do Centro de Educação, vol. 32, núm. 1, 2007, pp. 21-39 Universidade Federal de Santa Maria Santa Maria, RS, Brasil. Disponível em <https://www.redalyc.org/pdf/1171/117117311003.pdf> acesso 28/05/2020.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Aprendizado adequado na idade certa. Caderno de debate para avaliação das metas do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024)**. Meta 7/ ANPAE. Brasília, 2018.

HEIN, Ana Catarina Angeloni. **Alfabetização e Letramento**. São Paulo. Pearson Education do Brasil. 2016. Disponível em <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/54326/pdf/0> acesso em 29/04/2020.

LOBO, Emy. **Como fica a alfabetização e o letramento durante a pandemia?** Publicado em: 08/09/2020. Disponível em: <https://www.futura.org.br/como-fica-a-alfabetizacao-e-o-letramento-durante-a-pandemia> acesso em 27/06/2021.

LUIZ, Sylvania Sousa Felipe. **Alfabetização na pandemia: realidades e desafios**. Duas estradas/PB 2020. Disponível em <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/19167/1/SSFL08012021.pdf> acesso 14/05/2020.

MICOTTI, Maria Cecília de Oliveira. **Alfabetização Propostas e Práticas Pedagógicas**. São Paulo. Editora Contexto.2012. Disponível em <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/3475/pdf/0> acesso em 04/05/2020.

MORTATTI, Maria do Rosario Longo. **Brasil, 2091: notas sobre a “política nacional de alfabetização”**. Olhares Revista Do Departamento de Educação – UNIFESP. v. 7, n. 3 – Guarulhos, novembro 2019 – ISSN 2317-7853.

NEVES, Carmen Moreira de Castro. Próxima atração: a TV que vem aí... In:MORAN, José Manoel e ALMEIDA, Maria Elisabeth Bianconcini. **Integração dastecnologias na educação. Secretária da Educação Brasília: Seed, 2005**. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000701.pdf> acesso em 25/06/2021.

PARTEKA, Thamara. WILLMS, Elni Elisa. **Alfabetização em contexto de pandemia: algumas ideias sobre transcrição**. Revista Nupeart. Volume 24. 2020. Disponível em

<https://periodicos.udesc.br/index.php/nupeart/article/view/19240/12564> acesso em 20/05/2021.

PERES, Eliane. **A produção da crença: políticas de alfabetização no Brasil na última década (2006-2016)**.

Reunião Científica Regional da Anped. Educação, Movimentos Sociais e Políticas Governamentais (2016).

PERTUZATTI, Ieda. DICKMANN, Ivo. **Alfabetização e letramento nas políticas públicas: convergências e divergências com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Ensaio: aval. pol. públ. educ. 27 (105) • Oct-

Dec 2019 • disponível em <https://doi.org/10.1590/S0104-40362019002701479> acesso em 23/05/2021.

SCHMITT, Adriana Regina Vettorazzi; MARCOM, Jacinta Lúcia Rizzi. **Letramento digital em tempos de pandemia. III SENPE**. Seminário Nacional de Pesquisa em Educação. 2021.

SOUZA, Elaine Eliane Peres de. **A formação continuada do professor alfabetizador nos cadernos do pacto nacional pela alfabetização na idade certa (PNAIC)**. Florianópolis. 2014.

SOARES, Magda Becker. **As muitas facetas da alfabetização**. Cadernos de pesquisa, n. 52, p. 19-24, 1985.

Soares, Magda Becker. **Alfabetização uma questão dos métodos**. Edt, Contexto. São Paulo. 2016.

SOARES, Magda Becker, (1998). Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica., (2003). Alfabetização: a resignificação do conceito. **Alfabetização e Cidadania**, nº 16, p 9-17, jul.

TEIXEIRA, E. C. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**. 2002. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf

Acesso em: 26/06/2021.

VIECILI, Gladis Brendler. **Compreensões sobre a alfabetização**. Ijuí. 2009.

VISVANATHAN. Christianne. **Qual o melhor método de alfabetização?** 06/11/2019 disponível em:

<https://institutoinclusaobrasil.com.br/qual-o-melhor-metodo-de-alfabetizacao/> acesso em 21/04/202.

APÊNDICE

Questionário aplicado

Esse questionário é parte da pesquisa desenvolvida em nosso trabalho de conclusão do curso de Pedagogia, no Centro Universitário UNA Betim, sobre práticas e metodologias de alfabetização. Tendo em vista o cenário atual, consideramos de suma importância agregar experiências vivenciadas por profissionais da área da Educação durante esse período de pandemia e de suspensão de aulas presenciais. Assim, contamos com sua disponibilidade para compartilhar conosco os desafios enfrentados e as adaptações dos métodos de alfabetização que foram necessárias.

Na instituição escolar em que você trabalha, como está acontecendo as aulas durante a pandemia? O processo de alfabetização das crianças está acontecendo de forma online? Se não, como a escola está dando continuidade ao processo de alfabetização dos alunos?

5 respostas

- 1- Estamos no formato remoto. Todos os dias são enviadas aulas gravadas pela manhã e à tarde temos um encontro pelo aplicativo para tirar dúvidas.
- 2- Já estamos a mais de 1 ano com aulas online. Desde quando iniciou a pandemia no Brasil demos continuidade no ensino dos nossos alunos por meio remoto, utilizando plataformas digitais como o Teams que faz a intermediação entre o professor e o aluno. O processo de alfabetização também vem sendo de forma remota, uma vez que não temos autorização dos órgãos governamentais para o retorno presencial nas escolas.
- 3- A escola tem postado vídeos, atividades e outros no blog criado para dar continuidade ao desenvolvimento pedagógico dos alunos e aproximação com a comunidade escolar.
- 4- Na minha escola o processo da alfabetização e dos outros ciclos estão sendo na forma online.
- 5- NA ESCOLA EM QUE TRABALHO, AS AULAS ESTÃO ACONTECENDO DE FORMA REMOTA DA SEGUINTE MANEIRA, SEGUINDO AS ORIENTAÇÕES D A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BETIM: - AS ATIVIDADES SÃO ELABORADOS POR NÓS PROFESSORAS DENTRO DO PLANEJAMENTO FEITO ANTERIORMENTE COM A PEDAGOGA E DE ACORDO COM A BNCC. - DEPOIS DE PRONTAS SÃO ENCAMINHADAS A PEDAGOGA, PARA ANÁLISE QUE ENCAMINHA PARA SEREM DIVULDADAS NO BLOG DA ESCOLA

Quais são as principais dificuldades e desafios encontrados por você/pela escola para alfabetizar e letrar, neste momento de pandemia?

5 respostas

- 1- A dificuldade estar em saber realmente o nível que cada aluno esta pois, não são todos que enviam suas atividades para correção.
- 2- A principal dificuldade é a falta do contato presencial com a criança. Essa separação da vivência da criança com o ambiente escolar se tornou um grande desafio e tomou uma proporção que ninguém esperava.
- 3- Alfabetização é um processo que está diretamente ligado a contato, empatia, troca, convivência, confiança etc. Sentimentos que despertamos através do contato, do encontro e da convivência com o outro, algo que neste momento não é possível.
- 4- Não acredito que a alfabetização está sendo feita. É necessário a presença do aluno para que o processo seja consolidado. Falta de acesso ao computador como fonte de pesquisa. Desinteresse de pais e alunos por fazerem uma tarefa que nem sequer será corrigida. Dificuldade dos pais em orientar os filhos, pois alfabetizar não é tarefa simples, pois tem que acontecer de forma continuada.
- 5- AS DIFICULDADES SÃO INÚMERAS E DENTRE ELAS ALFABETIZAR À DISTÂNCIA É UTÓPICO, E ALFABETIZAR ALUNOS QUE VOCÊ NÃO CONHECE PRESENCIALMENTE, NÃO SABE O NÍVEL DE CONHECIMENTO EM QUE CADA ALUNO ESTÁ, FICA MUITO DIFÍCIL PARA NÃO DIZER IMPOSSÍVEL. A FALTA DE RETORNO DA FAMÍLIA E DO ACESSO A INTERNET. TAMBÉM CONTRIBUI.

Quais estratégias didáticas você está utilizando para alfabetizar as crianças no ensino remoto?

5 respostas

- 1- Estamos usando muito o aspecto lúdico em nossas aulas para estimular o aprendizado.
- 2- Não existe uma receita padrão cada turma e cada criança tem suas especificidades. No colégio contamos com auxílio de toda uma equipe por trás. Monitorias no contraturno da criança para ajudar na alfabetização. Nas aulas contamos com um material didático bem completo e jogos interativos na plataforma para contribuir na alfabetização da criança.
- 3- Sequências didáticas, histórias, vídeos, músicas, livros didático, livros virtuais etc.

- 4- Procuero atividades simples dentro do que a criança junto com a família possa fazer. Pensando também que esse aluno não frequentou o 1 ano do 1 ciclo. Quando as etapas não são vencidas as dificuldades vão aparecer ao longo do tempo nos ciclos finais.
- 5- TRABALHAMOS COM UNIDADES DIDÁTICAS ELABORADAS A PARTIR DE LIVROS INFANTIS QUE ABORDAM SÍLABAS SIMPLES E COMPLEXAS. TAMBÉM UTILIZAMOS OS LIVROS DIDÁTICOS QUE NEM TODOS OS ALUNOS BUSCARAM AINDA NA ESCOLA E DE OUTRA ATIVIDADES, COMO LINKS DE MÚSICAS INFANTIS, DE EXPLICAÇÃO DE CONTEÚDO DADO E JOGOS.

Qual a frequência dos alunos nas aulas remotas, caso estas estejam acontecendo?

5 respostas

- 1- A frequência não está sendo fixa.
- 2- As aulas estão acontecendo todos os dias nos mesmos horários com a mesma carga horária.
- 3- Os alunos são todos frequentes.
- 4- No município de Betim, ainda não foram implementadas as aulas remotas. Enviamos as atividades, mas não temos conhecimento da quantidade de pais que buscam o material ou que tem acesso para retirar o material no drive.
- 5- NÃO HÁ COMO APURAR A FREQUÊNCIAS.

Todos os alunos estão tendo oportunidades de participar e serem alfabetizados nas ações propostas por sua escola? Comente.

5 respostas

- 1- Não. Todos possuem internet, mas a maioria não tem quem possa acessar no horário de aula visto que alguns ficam com avós para que os pais possam trabalhar.
- 2- Sim, todos os alunos têm acesso a plataforma, que pode ser utilizada tanto pelo celular quanto pelo computador.
- 3- Sim. Aqueles que não possuem acesso à internet podem buscar as atividades impressas na escola. A escola também criou grupos de WhatsApp onde os vídeos, os livros e outros materiais são postados visando facilitar o acesso.

- 4- Sim, O acesso ao material é para todos os alunos. Mas se o processo está acontecendo não sei. Mas acredito que não para todos. Nem todos os pais têm interesse ou não conseguem ajudar ao filho Alfabetizar requer rotina, repetição, exercícios, avaliação.
- 5- OS LIVROS DIDÁTICOS FORAM DISPONIBILIZADOS A TODOS, MAS NEM TODOS BUSCARAM. PARA OS ALUNOS QUE NÃO TEM CONDIÇÕES DE IMPRIMIR AS ATIVIDADES QUE SÃO DIVULGADAS NO BLOG, A ESCOLA FAZ O XEROX DAS ATIVIDADES E ENTREGA AS FAMÍLIAS. NÃO HÁ COMO SABER SE TODOS ESTÃO FAZENDO.

De 0 a 10, qual a escala de aproveitamento dos alunos no processo de alfabetização oferecido pela escola durante este período de pandemia? Justifique:

5 respostas

- 1- 8. Porque alguns não possuem quem Oi intermediar esse processo.
- 2- Bem relativo... Cada criança tem um aproveitamento diferente. De modo geral creio que uns 7 pois, nem toda criança recebeu este "novo normal" de estudar de uma boa forma. Algumas ainda tem dificuldades em concentrar nas aulas online com isso não tem o mesmo aproveitamento.
- 3- 5. A vontade de contribuir com os alunos é grande. Mas a falta do contato direto que permite realizar inferências é crucial para dificultar o processo.
- 4- 3, porque não conheço os alunos, não temos resultados. O resultado só vai aparecer quando voltarmos ao ensino presencial.
- 5- NÃO HÁ COMO SABER, NESSE TIPO DE ENSINO NÃO TEMOS O RETORNO DOS ALUNOS, POR ISSO ELE É FALHO E INEFICAZ

De 0 a 10, qual a escala de satisfação dos alunos sobre as atividades propostas? Justifique:

5 respostas

- 1- Daria um 8. Pois alguns enfatizam não ter ajuda para fazer
- 2- 10! Sem dúvidas! Os nossos alunos sempre nos passam feedback das aulas e nas reuniões temos um retorno muito positivo dos pais e ou responsáveis. Trabalhamos muito com atividades lúdicas que transformam o processo de alfabetização em algo prazeroso.
- 3- 7. Sempre recebemos elogios dos responsáveis acerca das atividades propostas.

- 4- 5, acredito que estão satisfeitos, pois são poucas atividades não tem cobrança de professor. Mas também devem estar sentindo muita falta da escola.
- 5- TAMBÉM NÃO HÁ COMO AVALIAR.,

Na sua percepção, como vem sendo a participação da família nesse processo de alfabetização durante a pandemia?

5 respostas

- 1. Razoável. Alguns tem a participação, mas a maioria não tem.
- 2. Ótima! Mais do que nunca as famílias têm sido parceiras do colégio! Uma vez que nunca passamos por algo parecido, temos sempre encontros com os pais e quando tem necessidades específicas da criança marcamos encontros individuais.
- 3. Baixa, pouco ativa e eficaz. A maior parte não tem a didática necessária para condução delas. A pandemia veio provar que nada é nem ninguém jamais substituirá o professor.
- 4. Acredito q os pais compromissados devem estar fazendo o melhor que podem. Buscam o material p ajudarem os filhos
- 5. ACREDITO QUE MÍNIMA, POIS MUITOS NÃO TEM CONDIÇÕES DE ACOMPANHAR E ORIENTAR SEUS FILHOS POR VÁRIOS MOTIVOS, TRABALHO, ACESSO A INTERNET, ESCOLARIDADE DENTRE OUTROS,

Qual impacto você imagina que a pandemia pode causar no futuro educacional dos seus alunos?

5 respostas

- 1. Acho que as crianças terão um aprendizado superficial, dificultando assim o aprendizado nas séries posteriores.
- 2. Creio que a socialização da criança, a parte do contato presencial tem sido a mais afetada no momento. A relação professor e aluno de forma remota tem sido um desafio constante. Cada dia uma demanda diferente. O psicológico das crianças também é algo que sem dúvidas precisará de ajuda no retorno as aulas presenciais.
- 3. Um impacto incontestável e que levará muito tempo para ser reparado. Não me limito ao aspecto pedagógico, mas também ao aspecto socioemocional.

4. O pior possível. Poucos conseguirão, pois na sala de aula já é difícil consolidar a alfabetização. E essas marcas vão aparecer com o decorrer dos anos, porque com etapas queimadas a aprendizagem se torna mais difícil
5. ESSA PANDEMIA SÓ VEIO AUMENTAR O ABISMO JÁ EXISTENTE ENTRE AS ESCOLAS PÚBLICAS E PARTICULARES E ESCANCARAR AS DIFERENÇAS. TEMO PELO FUTURO DOS NOSSOS ALUNOS E DA SOCIEDADE COMO UM TODO